ADVOCACIA PEDRO B. A. DALLARI Av. Brigadeiro Faria Lima, 2941, conj. 801 CEP 01451-940, São Paulo - SP Tel./FAX: (11) 3079-8640 / 3079-5169 e-mail: pedrodallari@aasp.org.br PEDRO BOHOMOLETZ DE ABREU DALLARI
CARLOS ALBERTO POLONIO
LUCIANA NECCHI RIBEIRO DALLARI
MARCOS PEDROSO MATEUS
ALDO DE CAMPOS COSTA

Excelentíssimo Senhor Senador DELCÍDIO AMARAL.

DD. Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

000233

JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE

MENDONÇA, por meio de seu advogado que esta subscreve, vem à presença de Vossa Excelência, respeitosamente, apresentar e requerer, na forma legal, a juntada do anexo instrumento de *procuração*, solicitando, outrossim, que as intimações destinadas ao requerente, bem como as comunicações em geral, sejam encaminhadas por intermédio dos advogados ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA e ALDO DE CAMPOS COSTA, devidamente qualificados no documento aqui apensado.

Termos em que, pede e aguarda deferimento.

Brasília, 11 de agosto de 2005.

Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari

OAB-SP n. 67.1651

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA, brasileiro, natural de Salvador (BA), publicitário, casado, R.G. 579.359 SSP/BA, residente e domiciliado na Avenida Sete de Setembro, 2460, apto. 1601, Salvador (BA).

OUTORGADOS: os advogados ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA, OAB/SP 23.183, PEDRO BOHOMOLETZ DE ABREU DALLARI, OAB/SP 67.165, CARLOS ALBERTO POLONIO, OAB/SP 159.806, MARCOS PEDROSO MATEUS, OAB/SP 144.912, ALDO DE CAMPOS COSTA, OAB/DF 16.296, e RENATA CECI COTARELLI DOS SANTOS, OAB/DF 20.782; o primeiro com escritório profissional na Avenida Paulista, 1048, 4º andar, São Paulo (SP), telefone (11) 3141-4700, e os demais com escritório profissional no SCN, Q. 5, Bloco A, nº 50, sala 432, Centro Empresarial Brasília Shopping, Brasília (DF), telefone (61) 3326-8670.

PODERES GERAIS: os da cláusula "ad juditia et extra", podendo os outorgados praticar perante quaisquer tribunais, juízos, autoridades policiais ou administrativas de outra natureza, todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer com ou sem reserva de iguais.

PODERES ESPECIAIS: para o fim de representá-la na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Brasilia, 11 de agosto de 2005.

JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA